



ESCOLA DE
HUMANIDADES

INTUITIO

Intuitio, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2022
e-ISSN: 1983-4012

<http://dx.doi.org/10.15448/1983-4012.2022.1.41493>

SEÇÃO: ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

Genealogia como crítica: apontamentos a partir da microfísica do poder

Genealogy as critique: notes from the microphysics of power

Jefferson Martins
Cassiano¹

0000-0001-9853-6599
jeffmarcas@hotmail.com

Recebido em: 09/08/2021.

Aprovado em: 11/05/2022.

Publicado em: 05/08/2022.

Resumo: O presente artigo reflete sobre o tema da genealogia como crítica na filosofia de Michel Foucault. O argumento questiona a importância do procedimento crítico na fase genealógica. Para isso, a hipótese adota a microfísica do poder como objeto de análise para desenvolver os principais aspectos do pensamento crítico de Foucault. O texto apresenta as seguintes etapas: *a)* leituras oferecidas sobre a genealogia como crítica; *b)* a relação entre genealogia e crítica na pesquisa de Foucault; *c)* apontamentos sobre do que uma microfísica do poder é capaz; *d)* a importância das formas de problematização. O artigo observa a pouca atenção dada à crítica dentro do pensamento de Foucault, em relação aos comentários conhecidos. A conclusão defende que as tentativas de Foucault em fazer uma genealogia como crítica implicam na possibilidade de um pensamento crítico ser uma forma de pesquisa sobre o diagnóstico do presente.

Palavras-chave: Foucault. Crítica. Genealogia. Microfísica. Poder.

Abstract: This paper reflects on the theme of genealogy as critique in Michel Foucault's philosophy. The argument questions the importance of the critical procedure in the genealogical phase. For this, the hypothesis adopts the microphysics of power as an object of analysis to develop the main aspects of Foucault's critical thought. The paper presents the following steps: *a)* readings offered on genealogy as critique; *b)* the relationship between genealogy and critique in Foucault's research; *c)* notes on what a microphysics of power is capable of; *d)* the importance of the forms of problematization. The paper observes the little attention given to critique within Foucault's thought in relation to commentaries' review. The conclusion argues that Foucault's attempts to make a genealogy as critique imply the possibility of critical thought being a form of research on the diagnosis of the present.

Keywords: Foucault. Critique. Genealogy. Microphysics. Power.

Introdução

Ao longo de seu percurso filosófico, em vários momentos, Michel Foucault tentou destacar que sua pesquisa se reconhece na tarefa de pôr em atividade um diagnóstico do presente. Diagnosticar o presente, no sentido atribuído pelo filósofo, significa criar condições e fazer usos para pensar de outra maneira.² Contudo, uma mudança de pensamento não tende a ser fortuita, uma vez que a questão se refere ao acontecimento da atualidade. Nesse sentido, em uma espécie de texto-testemunho dirigido à filosofia de Kant, *Qu'est-ce que les Lumières?*, Foucault propõe uma atitude crítica que visa se vincular à tarefa de diagnosticar



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, Brasil.

² Cf. Michel FOUCAULT, *Dits et Écrits*. Paris: Éditions Gallimard, 1994, p. 110, tomo IV. Cf. FOUCAULT, 1994, p. 601-620, tomo I. Cf. FOUCAULT, 1994, p. 571-595, tomo III. Cf. FOUCAULT, 1994, p. 580-585, tomo I.

o presente. Trata-se de uma forma de "colocar em questão" um programa de pesquisa capaz de dar sentido à atividade filosófica. Segundo Foucault, esta

tradição crítica [...] coloca em questão: o que é a atualidade? Qual é o campo atual de nossas experiências possíveis? [...] poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos.³

Assim, do ponto de vista dessa atitude crítica de diagnosticar o presente, pode-se dizer que se faz preciso interrogar: como chegamos a ser quem somos, nesse momento de nossas vidas?

Certamente, trata-se de uma genuína questão filosófica que afeta o âmago da existência humana; por isso mesmo, interrogação incômoda também. Seria, então, prudente dizer que a filosofia de Foucault não consegue entregar um diagnóstico definitivo; apenas uma série de tentativas mais ou menos bem-sucedidas em seu objetivo. Isso não quer dizer que seja um trabalho de pouca valia; muito pelo contrário, significa que é possível experimentar diferentes modos de refletir por meio de questionamentos bastante interessantes. Dentro da pesquisa feita por Foucault, parece ser plausível concordar, mesmo que de modo genérico, que esta atividade diagnosticadora iniciou na década de 1960 com o que se pode chamar de discurso dos "universais antropocêntricos",⁴ isto é, um questionamento acerca da construção epistêmica das "ciências do Homem", marcado pelo propagado *slogan* hiperbólico da "morte do Homem".⁵ Já com a cátedra no *Collège de France*, na década de 1970,

sua pesquisa sobre os universais antropocêntricos foi parcialmente reformulada e reintegrada na analítica política das tecnologias de biopoder. Nesse ponto, Foucault queria diagnosticar as experiências constituintes do que convém nomear por "focos de normalização".⁶ Na última fase que subsume as tecnologias de biopoder dentro de uma ontologia (histórico-crítica) de nós mesmos, pode-se dizer que o filósofo finalmente concebeu o diagnóstico do presente, começando pela questão: o que acontece na atualidade com quem somos nós?

Ora, esse brevíssimo itinerário pode ser aferido em diversos estudos divulgados, além da leitura do próprio autor, e, por isso, não representa nenhum avanço sobre esta recepção e interpretação da obra foucaultiana. Não obstante, vale a pena questionar sobre um ponto específico que tem exigido cada vez mais atenção por parte dos estudiosos de Foucault: a noção de crítica. Afora o uso habitual da predicação "fazer críticas" como uma evidência filosófica, que qualquer filósofo sentir-se-ia insultado de não ser assim reconhecido, o pensamento de Foucault encontra-se, desde seu início, em uma relação intermitente, como essa atividade filosófica que, em suas próprias palavras: "poderíamos nomear como uma história crítica do pensamento [...] [que] seria uma análise das condições nas quais são formadas e modificadas certas relações de sujeito e objeto".⁷ Este pensamento crítico que, para mencionar uma oportuna expressão de Habermas, aponta sua flecha para o coração do presente⁸, faz com que a "caixa de ferramentas" da filosofia de Foucault adquira ainda mais possibilidades de

³ FOUCAULT, *Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France 1982-83*. Paris: Éditions de Seuil, 2008, p. 22, tradução nossa.

⁴ Por "universais antropocêntricos" pretende-se designar, de um modo geral, o conjunto de significações históricas pertencentes a certas práticas moderadoras dos processos de objetivação e subjetivação, indicando que as formações discursivas de uma sociedade dependem de suas condições históricas de produção de seus regimes de verdade. Cf. FOUCAULT, *Archéologie du savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1969, p. 25.

⁵ Cf. DOSSE, François. *Histoire du structuralismo*, 1992. Cf. FOUCAULT, *Les mots et les choses*. Paris: Éditions Gallimard, 1966, p. 398.

⁶ Por "focos de normalização" pode-se entender o domínio de objetos e sujeitos que podem pertencer a um campo de ação "governado" por práticas, técnicas e discursos minimamente identificáveis em suas funções estratégicas. Essa consideração remete ao que se pode chamar de "triângulo de Foucault", com o qual o filósofo pretende estudar qual tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade que são dotados de efeitos tão potentes. Cf. FOUCAULT, *Il faut défendre la société: cours au Collège de France 1975-76*. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 23. Cf. CASSIANO, *Foucault e a era do direito: colonização das práticas judiciárias em face à sociedade da normalização*. *Dorsal revista de estudos foucaultianos*, n. 7, p. 153-178, 2019.

⁷ FOUCAULT, 1994, p. 631-632, tomo IV, tradução nossa.

⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen. Taking aim at the heart of the present: on Foucault's lecture on Kant "what is Enlightenment?". In: KELLY, M. (org.). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. Cambridge: MIT Press, p. 149-154, 1995.

ser utilizada.⁹

A despeito da noção de crítica estar associada não somente a vários filósofos,¹⁰ mas também a diversas disciplinas, no que concerne a Foucault, alguns estudos que investigam em que consiste seu pensamento crítico podem se apresentar em um amplo escopo de investigação,¹¹ ou em um escopo dedicado à certas características da filosofia foucaultiana. É esse último escopo que se torna, então, o objeto de análise. O argumento desenvolvido propõe um exame acerca da genealogia como crítica, isto é, avaliar quais as razões de a genealogia desempenhar uma forma de pensamento crítico. Certamente, inquirições como essa já foram empreendidas anteriormente, mas, por vezes, o aspecto "crítico" que deve qualificar a abordagem genealógica aparece como algo derivado de outros assuntos ou interesses.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que deve ser feita uma distinção entre duas noções de crítica: a normativa e a genealógica. A crítica normativa pressupõe um quadro teórico normativo pelo qual se expõe as contradições imanentes à realidade social em relação aos seus princípios mais gerais, como a Justiça, a Verdade ou a Razão. Já a crítica genealógica busca problematizar as condições que torna possível acessar determinada realidade social, uma vez que as normas são constituintes dos "focos de normalização". Logo, não se trata de uma crítica fundada sobre uma normatividade ideal coerente com as intenções reais, mas de uma crítica exercida sobre a história dos agenciamentos que, no presente, pode se tornar e ser tratado como perigoso,¹² sem se apoiar em um quadro teórico normativo que quer problematizar.

Estudos sobre a genealogia como crítica

Alguns estudiosos assumem que a genealogia corresponde a uma das formas mais radicais de crítica, que tem por objetivo questionar valores, instituições e práticas, expondo seus processos históricos. Em *Genealogie als Kritik*, Martin Saar apresenta uma interpretação baseada na hipótese de que o método de crítica (genealógica) sócio-filosófica, desenvolvida por Foucault, tem um procedimento coerente. Para tanto, Saar basicamente subordina o nível da teoria social ao nível do modo de crítica, e mesmo que os vários usos do conceito de genealogia e a ambiguidade nunca sejam completamente eliminados por Foucault, as peculiaridades metodológicas conduzem a uma perspectiva que privilegia os aspectos contingentes dos acontecimentos e a compreensão nominalista do discurso. Embora o autor considere que Foucault seja herdeiro da genealogia de Nietzsche, destaca a originalidade de incluir uma analítica do poder organizada para fins específicos de exames históricos. Por isso, exalta como a escrita genealógica da história pode ajudar a situar os projetos e atualizar os efeitos da crítica social, de modo que o trabalho genealógico realize uma reavaliação das possibilidades e restrições das subjetividades contemporâneas. Com isso, Foucault teria proposto uma genealogia crítica *sui generis* ao enfatizar, diferentemente de outras formas de crítica, os modos de subjetivação capazes de estimular um tipo característico de crítica social que se apresenta como uma autocrítica.¹³ Nesse sentido, a crítica genealógica de Foucault não visa a total emancipação de direitos, ou dito em

⁹ Cf. VÁZQUEZ-GARCÍA, Francisco. Cómo hacer cosas con Foucault. *ER revista de filosofía*, Sevilla/Barcelona, v. 28, n. 2, p. 71-83, 2000. Cf. OULC'HEN, H. (org.). *Usages de Foucault*. Paris: PUF, 2014.

¹⁰ Trata-se de filósofos que, entendido as devidas circunstâncias, reivindicam o conceito de crítica como uma forma expressiva de seu pensamento: Pierre Bayle, Voltaire, Giambattista Vico, Immanuel Kant, Georg W. F. Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas, Axel Honneth, Michael Walzer, Pierre Polanyi.

¹¹ Cf. HABER, S.; CUSSET, Y., (dir.), *Habermas et Foucault: parcours croisés, confrontations critiques*. Paris: CNRS Édition, 2006. Cf. HONNETH, Axel; SAAR, Martin. (org.). *Michel Foucault. Zwischenbilanz einer Rezeption*. Francfort-sur-le-Main: Surkhamp, 2003. Cf. KELLY, Michael (org.). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate*. Cambridge: MIT Press, 1995.

¹² Esta tese parecer ser facilmente justificável ao longo das obras de Foucault, a partir da relação entre dispositivos saber-poder e práticas de sujeição: o anormal (saber), a psiquiatria (poder) e o louco (sujeição); o corpo (saber), a disciplina (poder) e o delinquente (sujeição); o sexo (saber), a biopolítica (poder) e o homossexual (sujeição).

¹³ Cf. SAAR, Martin. *Genealogische Kritik*. In: JAEGLI, R., WESCHE, T. (org.). *Was ist Kritik?* Francfort-sur-le-Main: Surkhamp, 2009. p. 247-265. Sobre o mesmo tema, Cf. SAAR, Martin. *Genealogie als Kritik: geschichte und theorie des subjekts nach Nietzsche und Foucault*. Francfort-sur-le-Main: Campus Verlag, 2007. p. 308.

termos foucaultianos, uma completa abolição do poder normalizador, mas uma autotransformação que busca se compreender por meio das normas que constitui o próprio sentido de um ser humano social.

O breve ensaio de Raymond Geuss, intitulado *Genealogy as critique*, discute algumas razões para a genealogia crítica ser considerada uma alternativa viável em relação às variantes transcendentais (normativas) da crítica. Na avaliação de Geuss, a genealogia de Foucault não pretende oferecer crenças universais para que certas práticas sejam ajuizadas como más; em vez disso, Foucault tenta alertar como certas práticas podem ser perigosas.¹⁴ Segundo Geuss, a "genealogia como perseguida por Foucault [...] é um jeito de concentrar atenção sobre uma dada situação no contexto de um iminente perigo".¹⁵ Deste modo, a genealogia crítica deve colocar em questão a aceitabilidade de certas práticas, mas sem responder contra ou a favor destas práticas de uma vez por todas, mas sempre a partir de cada caso. O autor sugere que a força crítica da genealogia foucaultiana reside em sua capacidade em tornar suspeitas certas práticas que têm sido tradicionalmente mantidas distante dos questionamentos. A genealogia crítica seria, então, um modo de colocar em questão como certas práticas (punição, repressão, prisão, confissão) podem vir a se relacionar e ser aplicadas como se fossem auto evidentes. Por isso, de acordo com Geuss, "oferecer uma genealogia é promover uma dissolução histórica da identidade auto evidente".¹⁶

Rudi Visker é outro estudioso sobre o tema que também intitula sua obra de *Michel Foucault: genealogy as critique*, porém, com uma iniciativa original, em uma aposta um tanto inusitada. Lendo Foucault a partir de uma forte interpretação enviesada pela fenomenologia heideggeriana, o autor considera que o objetivo de Foucault nunca

foi abordar as ciências humanas em si mesmas, mas a produção de sistemas que não podem ser conhecidos em suas próprias condições de possibilidade. Explorando, ao longo das obras de Foucault, questões intrigantes envolvidas pela ambiguidade de termos como verdade e poder, Visker descreve Foucault nem como um relativista, nem como um ativista; em vez disso, refere-se a Foucault como inspirado por uma nova análise dos modernos mecanismos de controle e exclusão, o qual é, precisamente, a genealogia como crítica. Segundo Visker, "a crítica da cientificidade da psicologia parece estar precisamente baseada sobre os mesmos elementos que uma crítica de inspiração genealógica do auto entendimento científico da psicologia contestou".¹⁷ Para sustentar essa e outras assertivas, Visker chama atenção para o uso recorrente das aspas (" ") durante a obra de Foucault, chegando a afirmar que se trata de uma "expressão exemplar de um modelo de crítica",¹⁸ pois as aspas estruturam a crítica da subjetividade, do poder e da exigência pretenciosas das "ciências humanas", como a psicanálise. Convicto de que o pensamento de Foucault vacila em fazer uma clara crítica à objetividade das ciências humanas, Visker conclui que o uso exaustivo das aspas impede uma crítica séria, admitindo que os objetos da crítica foucaultiana (a loucura, a doença, as ciências, o Homem) nunca se manifestam em seus próprios termos ou sua própria linguagem.¹⁹

Seguindo com a análise dos estudos da genealogia crítica e/ou crítica genealógica, o nome do filósofo alemão Jürgen Habermas também merece ser mencionado, uma vez que, em sua obra *O discurso filosófico da modernidade*, dedica um considerável espaço à análise da genealogia foucaultiana, chegando a afirmar que a genealogia não deveria ser mais concebida como crítica, mas como tática a ser usada contra a formação normativa do poder.²⁰ Nesse sentido, Habermas

¹⁴ Cf. FOUCAULT, 1994, p. 224.

¹⁵ GEUSS, Raymond. *Genealogy as critique*. *European Journal of Philosophy*, v. 10, n. 2, p. 209-215, 2002. p. 213, tradução nossa.

¹⁶ GEUSS, 2002, p. 213, tradução nossa.

¹⁷ VISKER, *Michel Foucault: genealogy as critique*. New York: Verso, 1995, p. 27, tradução nossa.

¹⁸ VISKER, 1995, p. 2, tradução nossa.

¹⁹ Cf. VISKER, 1995, p. 24.

²⁰ Cf. HABERMAS, *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. cap. X.

entende a genealogia como uma forma de crítica da razão que é característica ao chamado estruturalismo pós-moderno; e nessa forma de crítica, o autor levanta objeções à ausência de fundamentos normativos que possam constituir uma base para os movimentos sociais e resistências políticas. Em uma de suas principais objeções, Habermas denuncia o criptonormativismo de Foucault, isto é, a pretensão da genealogia do poder assumir uma neutralidade axiológica. Daí resulta um questionamento contundente por parte de Habermas:

está claro que uma análise axiologicamente neutra de forças e fraquezas do adversário é útil para aquele que quer assumir a luta – mas por que, em princípio, lutar? Por que a luta é preferível à submissão? Por que resistir à dominação?²¹

Segundo Habermas, apenas com a adoção de uma matriz normativa Foucault seria capaz de responder a essas questões. Assim, por não prestar contas à metodologia da genealogia, a crítica da razão pretendida por Foucault estaria, na percepção de Habermas, fadada à aporia que sua própria filosofia tanto tenta criticar. Sem a apresentação de uma teoria normativa capaz de identificar como deve ser a crítica das patologias sociais, resta à genealogia um positivismo sem qualquer justificativa argumentativa.

Outra abordagem acerca da crítica genealógica está presente na obra *Foucault's critical thought*, de Béatrice Han. Sua proposta é analisar o pensamento de Foucault pela perspectiva única do *a priori* histórico, o qual, no entendimento de Han, implicaria a Foucault o desafio central de lidar com a filosofia transcendental ao longo de todo o percurso filosófico. Para tanto, Foucault teria assumido e reformulado da filosofia kantiana duas questões críticas principais: a questão crítica "como são possíveis" as condições de possibilidade do saber epistêmico; e a questão

crítica "se são permissíveis" as condições de legitimação da normatividade ética. Porém, diferente de Habermas, Han faz objeções à ausência de aspectos ontológicos para justificar o que nomeia de "historicização do transcendental". Mesmo isso não impede a autora de reconhecer que a interpretação genealógica de Foucault constitui um dos elementos mais férteis de sua filosofia.²² Não obstante, Han alega que a genealogia, enquanto exame crítico, sofre com a falta de elaboração teórica. Por isso, a genealogia pode ser lida como uma tentativa fracassada de responder à questão crítica (se são permissíveis legitimações éticas normativas), pelo fato de Han acreditar que, por alguma razão, Foucault inevitavelmente deveria ter um projeto de filosofia transcendental em curso. Devido à falha genealógica em não apresentar uma base filosófica que lhe justifique, Han conclui que "assim a questão crítica encontrará a si mesma colocada em um horizonte mais amplo, aquele da ontologia histórica de nós mesmos".²³

Portanto, a despeito de ser uma importante ferramenta de análise histórica, a genealogia se prova incapaz da tarefa crítica de prover respostas consistentes às condições de legitimação para a ética normativa, pois lhe falta justamente a fundamentação do sujeito. Conforme Han, o percurso foucaultiano se apresenta

em seu conjunto como a passagem da interrogação arqueológica das condições pelas quais um sujeito pode dizer a verdade à ideia genealógica segundo a qual a verdade é ela mesma a condição de possibilidade maior da constituição de si como sujeito.²⁴

Por fim, destaca-se o estudo de Colin Koopman, que mais uma vez recebeu o título de *Genealogy as critique*. Koopman é categórico ao definir em que consiste a genealogia crítica de Foucault, propriamente entendida como "problematização": "genealogia articula problemas".²⁵ Nesse sentido, a genealogia possibilita que Fou-

²¹ HABERMAS, 2002, p. 397.

²² Cf. HAN, Béatrice. *Foucault's critical thought: between the transcendental and the historical*. Stanford: Stanford University Press, 2002. p. 144, tradução nossa.

²³ HAN, 2002, p. 146, tradução nossa.

²⁴ HAN, 2002, p. 22, tradução nossa.

²⁵ KOOPMAN, Colin. *Genealogy as critique: Foucault and the problems of modernity*. Bloomington: Indiana University Press, 2013. p. 1, tradução nossa.

cault passe de uma investigação histórica que carecia de diagnóstico crítico para uma forma de filosofia crítica que poderia atuar como uma articulação entre a filosofia e a política. Koopman não recusa que a genealogia seja uma forma de pesquisa histórica, mas, mesmo assim, admite que Foucault obtém maior êxito ao empregar, modestamente, a genealogia para demonstrar que o presente não precisa ser do modo que é. Koopman considera que "Foucault praticou a crítica também com o propósito de especificar rigorosamente as divisões que definem os limites de nosso pensamento";²⁶ não obstante, Foucault também estava mais interessado nas condições de possibilidade que constroem as formas singulares de pensar o presente. Por fim, Koopman enfatiza que os aspectos críticos da genealogia se ajustam aos aspectos críticos antecipatórios da teoria crítica pragmática. A genealogia foucaultiana, portanto, fornece recursos para a crítica funcionar como uma ferramenta de avaliação normativa. Desse modo, é possível vislumbrar uma nova forma de diagnóstico crítico em que as "diferenças de ênfase combinam com a proposta de delegar à genealogia o projeto de uma problematização histórica e à teoria crítica pragmatista o projeto de reconstrução futura".²⁷

Ao final dessa breve revisão dos estudos relacionados à correspondência entre genealogia e crítica, a despeito das diferentes abordagens, isso somente prova a diversidade de coerentes interpretações possíveis, mesmo que discutíveis em alguns pontos. No entanto, é preciso ressaltar dois pontos: primeiro, a noção de crítica tende a ser pouco explorada dentro da própria filosofia de Foucault, o que, muitas vezes, acaba exigindo que o pensamento do filósofo francês se adegue aos critérios estabelecidos pelos comentaristas; segundo, a interpretação da genealogia também costuma abordar vários assuntos e interesses que, na maioria dos casos, prendem-se à discussão sobre as relações de poder. Logo, é a

partir desse contexto que o argumento agora se dedica a observar com maiores detalhes em que consiste a colaboração da genealogia para o pensamento crítico de Foucault, destacando a figura da microfísica do poder.

A genealogia e a crítica em Foucault

Sabe-se que há um senso comum, ao menos para fins didáticos, que divide a filosofia de Foucault em três fases.²⁸ Sem dúvida, a pesquisa da fase arqueológica é coerente com a busca pela formação dos saberes, dos discursos, das descontinuidades que tentam responder a uma questão objetiva e específica: como certos modos de objetivação podem produzir "verdades sobre o que é Homem?", enquanto função geral do discurso sob o qual vem organizar toda uma rede funcional de conceitos. Com isso, o autor avalia que o pensamento do século XIX foi marcado por várias práticas discursivas que, de alguma maneira, buscaram construir suas próprias bases de apoio em torno de "universais antropocêntricos". Essa linha de raciocínio não é abandonada por Foucault em sua chamada fase genealógica. O que o filósofo francês adota é um deslocamento que aprecie os resultados da arqueologia a partir de uma perspectiva fundamentalmente estratégica. Se antes Foucault havia questionado "como" a formação do saber é possível, agora se trata de investigar, de certo modo, "porquê" um saber se exerce de determinada maneira sobre outro, circula em espaços definidos e se institui como um "lugar de fala". Por isso, Roberto Machado afirma que

é essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e sua transformação situando-o como peça das relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em terminologia nietzschiana Foucault chamará de genealogia.²⁹

Assim, a fase genealógica se refere às obras dedicadas à análise do saber em termos de estra-

²⁶ KOOPMAN, 2013, p. 15, tradução nossa.

²⁷ KOOPMAN, 2013, p. 268, tradução nossa.

²⁸ Cf. DAVIDSON, Arnold I. *Archaeology, genealogy and ethics*. In: HOY, D. (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

²⁹ MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. p. x.

tégias do exercício das relações de poder. É nesse contexto que Foucault estabelece sua premissa metodológica, de que a produção do saber e o exercício do poder formam uma interface, um nexos indissociável de todos os dispositivos.³⁰ Além disso, há ainda outro aspecto significativo da fase genealógica: os modos de objetivação, nos quais se baseava o aspecto crítico dos "universais antropocêntricos", passam a integrar os modos de sujeição investigados dentro do âmbito das tecnologias de biopoder.³¹ Logo, o aspecto crítico agora converge para a problematização dos "focos de normalização".

Pois bem, desde o início de sua pesquisa, Foucault se ocupou com o exame da crítica, especialmente atrelada com a questão da antropologia kantiana.³² Pode-se dizer que, nesse momento, a crítica serve como um objeto de análise para entender a configuração possível do saber moderno.³³ Não obstante, isso parece ser insatisfatório ao filósofo francês, de modo que ele próprio busca empreender uma análise crítica em sua pesquisa, como registrado em *Naissance de la clinique*, de 1963:

a pesquisa aqui empreendida implica em um projeto deliberado de ser ao mesmo tempo histórico e crítico, na medida em que se trata, fora de toda intenção prescritiva, de determinar as condições de possibilidade da experiência médica tal como a época moderna conheceu.³⁴

Até esse ponto, o principal objetivo identificado parece ser desindexar a crítica da necessária primazia do sujeito, como havia feito Kant, em proveito da historicidade das práticas discursivas. É interessante observar que Foucault pretende executar um pensamento crítico análogo ao encontrado na *Genealogia da moral* de Nietzsche. Na obra, o filósofo alemão renova a exigência

de uma crítica moral sobre as condições e circunstâncias de aparecimento, desenvolvimento e modificação do valor dos valores.³⁵ Essa crítica de inspiração nietzschiana é pontuada por Foucault em *Les mots et les choses*, na formulação da "morte do Homem" que aparece condicionada à "morte de Deus", de modo que pode-se falar em uma filosofia da suspeita.³⁶ No entanto, a adoção completa à crítica genealógica de Nietzsche ocorre apenas no início da década de 1970, quando o filósofo francês escreve um texto sobre o assunto.

Em *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*, Foucault reconhece a modalidade subversiva da crítica genealógica que concebe a destituição do sujeito de conhecimento dentro de uma história da vontade de saber.³⁷ Por isso, o trabalho do genealogista deve recusar toda origem, universal e incondicionada, para rearticular história, verdade e corpo, em uma espécie de proveniência política. Na avaliação de Edmilson Paschoal, com Nietzsche "torna-se plausível entender o papel do genealogista, que consiste em captar aquelas condições de emergência, bem como as mudanças que elas sofrem, numa espécie de crítica à cultura".³⁸

No entanto, a genealogia nietzschiana é um assumido exame existencialista bastante carregado por uma concepção metafísica da vontade de poder. Se afastando desta concepção, Foucault não reinterpreta a genealogia nietzschiana, mas, antes, dela se apropria para estudar com maior afinco histórico como as relações de poder têm sido exercidas. A propósito, o autor acredita assim ter encerrado o debate sobre a orientação estruturalista presente em sua metodologia de pesquisa anterior; entretanto, continua aberto à discussão sobre a finalidade de sua filosofia

³⁰ Cf. FOUCAULT, 1994, p. 399-415, tomo III.

³¹ Cf. FOUCAULT, 1994, p. 182-202, tomo IV.

³² Cf. FOUCAULT, Michel. *Introduction à l'anthropologie de Kant*. Thèse Complémentaire pour le doctorat en Lettres. Paris: Vrin, 2008b. Cf. FOUCAULT, 1966. Cf. FOUCAULT, 1994, p. 233-250, tomo I.

³³ Cf. FOUCAULT, 1966, cap. VII.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique*. Paris: PUF, 2007. p. xv, tradução nossa.

³⁵ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. § 6.

³⁶ Cf. CASSIANO, J. M. Travessias do nihilismo: ensaio sobre a experiência-limite em Foucault. *Revista Ipseitas*, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 183-206, jan./jun. 2020.

³⁷ Cf. FOUCAULT, 1994, p.156, tomo II. *Leçons sur la volonté de savoir* é o nome dado por Foucault ao seu primeiro curso no *Collège de France*, em 1971.

³⁸ PASCHOAL, Edmilson. Genealogia, crítica e valores: uma correlação entre fins e meios. *Sofia*, v. 3, n. 2, p. 127-141, 2014. p. 129.

poder ser classificada dentro do chamado pós-estruturalismo francês.³⁹

Nesse sentido, dois momentos são fundamentais para compreender a relação entre genealogia e crítica articulada por Foucault. O primeiro diz respeito à aula inaugural no *Collège de France*, no qual o filósofo francês anuncia as diretrizes que espera desenvolver em sua cátedra. Sua proposta é investigar a ordem do discurso, isto é, como são estabelecidas as exigências, os critérios, os mecanismos que permitem que certos discursos circulem, sejam distribuídos e ensinados, apropriados e qualificados, assim determinando o "lugar de fala" de quem pode ou não pode estar autorizado a ocupar. Com isso, Foucault apresenta sua análise em dois conjuntos de procedimentos: o crítico e o genealógico. Primeiramente, o conjunto crítico tem por tarefa analisar as instâncias de controle discursivo, isto é, destacar a ordem do discurso vigente e o sistema de exclusão que esta pratica. A seguir, o conjunto genealógico tem por objetivo estudar a efetividade do poder do discurso, ou seja, sua capacidade de produzir domínios de objetos e controlar seu regime de verdade, e então, afirmar, opor, negar a verdade ou falsidade desse domínio.⁴⁰ Ora, sobre esse duplo conjunto de procedimentos, pode-se dizer que eles indicam certa postura esperada do genealogista. Além disso, a análise crítica ocupa o mesmo espaço da arqueologia no pensamento de Foucault, na medida em que se refere ao campo analítico da genealogia, direcionado agora para o nexo saber-poder. Isso significa dizer que Foucault não espera apenas avaliar os discursos que são entendidos como práticas; também quer criticar as práticas que não entram nesses discursos. Então, a tarefa crítica pretende questionar os locais de fala que tornam válidos os discursos; enquanto a tarefa genealógica pretende diagnosticar os limites que provocam efeitos práticos, buscando

examinar como os discursos podem se integrar, interferir ou interditar. Segundo Foucault, "entre a tarefa crítica e a tarefa genealógica, a diferença não está tanto no objeto ou no domínio, mas no ponto a atacar, na perspectiva e na delimitação".⁴¹

O segundo momento fundamental a ser comentado diz respeito à aula de 7 de janeiro de 1976 no *Collège de France*. Apesar do intervalo de alguns anos, Foucault retorna à questão do procedimento crítico e, curiosamente, parece fazê-lo do ponto interrompido de sua aula inaugural. Foucault inicia constatando a proliferação do procedimento crítico contra o que chama de "teorias totalitárias", quer dizer, teorias com pretensão ao âmbito geral de eventos. Logo, o autor constata o caráter local da crítica:

creio que esse caráter essencialmente local da crítica indica, de fato, algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, ou seja, que, para estabelecer sua validade, não necessita da chancela de um regime comum.⁴²

Desse modo, Foucault diz que a crítica local se volta para os "saberes sujeitados", isto é, a crítica lida com os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. Assim, é a partir da emergência desses conteúdos históricos que o filósofo francês pode fazer do asilo e da prisão uma crítica efetiva, ou seja, genealogia. Logo, a expectativa da crítica local é dismantelar as verdades autoevidentes produzidas em jogos discursivos para localizar as relações de poder que elas colocam em prática. Nesse sentido, o principal aspecto que a crítica proposta por Foucault efetua é o de mostrar que os saberes dominantes necessitam acoplar os saberes sujeitados. Exemplo disso é o discurso moderno da Liberdade que se tornou hegemônico enquanto ideal supremo da racionalidade humana. Foucault não utiliza a crítica como instrumento de medida entre as bases empíricas da realidade e os pres-

³⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.

⁴⁰ Cf. FOUCAULT, 1971, p. 62-72.

⁴¹ FOUCAULT, 1971, p. 68, tradução nossa.

⁴² FOUCAULT, 1994, p.163, tomo III, tradução nossa. Este texto faz parte do curso do *Collège de France* intitulado *Il faut défendre la société*.

supostos ideais da razão, para, então, saber onde está o erro. Em vez disso, a busca pelos saberes sujeitados procura indicar como certas práticas, por vezes contraditórias com os ideais pretendidos, podem tornar legítimos certos modos de sujeição. Portanto, é aplicando um procedimento crítico-genealógico que Foucault pode dizer que "as 'Luzes' que descobriram a Liberdade também inventaram a disciplina".⁴³

Enfim, a respeito desta análise entre genealogia e crítica, três observações merecem ser feitas. A primeira observação é direcionada ao aspecto metodológico da pesquisa de Foucault. Não se trata, porém, de avaliar os protocolos normativos que tornariam a genealogia uma metodologia com maior ou menor eficiência, mas insistir que a crítica quer insurgir contra a concepção de neutralidade do discurso, atacando pontos que pretendem se valer como incondicionados, demasiadamente formalizados e inequívocos em seu sentido. A crítica, nesse caso, não quer fazer do poder um novo componente transcendental; na verdade, a crítica pretende ser um procedimento estratégico da genealogia. Segundo Foucault, a genealogia seria "uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico".⁴⁴ Nesse sentido, a crítica não teria os aspectos de uma filosofia da suspeita contra os universais antropocêntricos, mas aspectos de procedimentos heurísticos para enfrentar situações problemáticas, como os abusos governamentais das tecnologias de biopoder.

A segunda observação versa sobre a contínua recusa das teorias totalizantes (similar aos universais antropocêntricos) que, conscientemente ou não, prestam-se a argumentar em algum ponto de vista idealizado (contrato social, ditadura do proletário), pois, para tanto, fundamentam toda

uma antropologia filosófica acerca do ser humano que desejam conceber. Nesse sentido, a crítica não deve lidar com o que é assunto de validade, mas com questões sobre condições. Por isso, a crítica contida na genealogia entende que sujeito e objeto são condicionados à formação e transformação de um em relação e em função do outro,⁴⁵ pois não há nenhuma primazia fora da historicidade. Assim, a condição de possibilidade da crítica provém de uma genealogia da experiência, entendida por Foucault como a articulação entre formas de saber, matrizes de conduta e modos de ser possíveis.⁴⁶ Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que o diagnóstico do presente se abre como campo possível para nossas novas experiências.

Por fim, a terceira observação se refere à questão da legitimidade. Foucault não usa o procedimento crítico para instituir uma teoria geral do Estado, do Direito ou da Sociedade Civil, pois lhe interessa mais os mecanismos pelos quais as relações de poder dão forma às governamentalidades. As fontes clássicas de legitimidade (soberania do Estado, ideologia do Direito, império da Lei) perdem espaço para a análise das práticas sociais de controle e regulação (disciplinar, normalização), pois a normatividade que concede legitimidade à autonomia do sujeito e à emancipação política é problematizada a partir de seu contraponto, a obrigação legal de obediência. Uma vez que Foucault não pensa em uma condição geral de existência na qual um "Sujeito" vale por todos, procede de maneira genealógica acerca dos acontecimentos nos quais é possível identificar relações entre um sujeito que obedece e um poder que normaliza. Nesse ponto, o procedimento crítico aparece na maneira de direcionar as questões que balizam os problemas do presente. Assim, não se trata de questionar qual a fonte de legitimidade que provê melhores garantias contra as dominações

⁴³ FOUCAULT, *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. p. 224, tradução nossa.

⁴⁴ FOUCAULT, 1994, p. 167, tomo III, tradução nossa.

⁴⁵ Cf. FOUCAULT, 1994, p. 634, tomo IV, tradução nossa. Cf. SARDINHA, D. Le nominalisme de la relation comme principe antimétaphisique. In: LAVAL, C.; PALTRINIERI, L.; TAYLAN, F. (org.). *Marx & Foucault: lectures, usages, confrontations*. Paris: La Découverte, 2015. p. 244-257.

⁴⁶ Cf. FOUCAULT, 2008a, p. 5.

opressoras, embora isso seja absolutamente importante; porém, Foucault se interroga sob quais circunstâncias a relação do que é concebido como legal acaba por ser considerado normal. Por essa razão, diz Foucault que:

não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendem a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra mais e mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos, etc.) cujas funções são, sobretudo, reguladoras, [...] uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.⁴⁷

Nesse sentido, a crítica proposta não consiste em denunciar o que haveria de contraditório à razão normativa, comparando a legislação (Lei) à legitimidade (Justiça), mas, antes, criticar em quais condições e com quais efeitos se exerce a normalização, isto é, estudar por meio da genealogia a colonização do legal na constituição do normal.

O pensamento crítico de Foucault

Admitindo que Foucault entenda como a tarefa da filosofia realizar diagnósticos do presente, o filósofo, para tanto, dedica-se a um estudo histórico e crítico que, em certo momento, recebe o nome de genealogia. A partir disso, os diferentes estudos analisados atestam a relação existente entre genealogia e crítica no pensamento de Foucault. No entanto, a título de objeção, pode-se considerar que pouca atenção tem sido despendida ao próprio desenvolvimento da noção de crítica feita por Foucault. Certamente, não se trata de uma tarefa fácil, devido às várias tentativas que o autor manteve com sua concepção de crítica, desde uma abordagem nietzschiana, com a filosofia da suspeita, até uma abordagem mais acentuada, em uma metodologia de pesquisa alinhada com procedimentos críticos complementares à genealogia. Assim, para passar ao pensamento crítico de Foucault é preciso

recuperar uma ideia fundamental, já destacada no estudo de Koopman: a noção de problematização. Segundo Koopman, "o genealogista analisa e diagnostica as práticas de maneira a revelar as problematizações que as possibilitam. Essas problematizações condicionam nossas possibilidades de agir, pensar e estar no presente".⁴⁸ Essa seria, então, uma maneira resumida de aproximar o que se entende por um pensamento crítico de Foucault.

Pode-se dizer que a problematização não corresponde a uma temática (como a loucura, a prisão, a sexualidade), uma conceituação (da verdade, de discurso, de história) ou mesmo uma inovação teórica (com o biopoder, a *épistémè*, o dispositivo). Problematização diz respeito tanto a uma forma comum compreendida a todos os estudos de Foucault quanto uma das formas de pensamento crítico que, mais do que a busca metódica pelas "soluções", instaura uma distância crítica à medida que "problematiza" os tempos atuais.⁴⁹ Por isso, não se trata de fazer uma historiografia ou uma hermenêutica, mas uma genealogia; como diz Foucault: "eu parto de um problema em termos nos quais se coloca atualmente e tento realizar a genealogia. Genealogia quer dizer que conduzo a análise a partir de uma questão presente".⁵⁰

Nesse sentido, um modo de respeitar as pretensões de um pensamento crítico está em considerar, sempre que possível, as condições em que certas análises foram, mesmo que insuficientemente, tentadas, experimentadas ou ensaiadas, não por puro capricho, mas porque isto se faz parte constituinte, querendo ou não, da própria atividade filosófica de Foucault. A relação entre genealogia e crítica, vista anteriormente, registra algumas dessas experimentações. Isso não significa, contudo, que Foucault seja incoerente ou inconstante; na verdade, isso indica que o filósofo francês pensa com certa precaução, como relevado em uma entrevista em que,

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir*. Histoire de la sexualité. Paris: Gallimard, 1976. v. 1, p. 190, tradução nossa. Cf. CASSIANO, 2019.

⁴⁸ KOOPMAN, 2013, p. 93, tradução nossa.

⁴⁹ Cf. a reflexão sobre a "problematização histórica do presente" de REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, F. (org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 65-87. p. 67.

⁵⁰ FOUCAULT, 1994, p. 674, tomo IV, tradução nossa.

perguntado sobre o que significa a crítica, Foucault foi reticente: “o que você entende por essa palavra? Somente um kantiano poderia atribuir um sentido geral à palavra ‘crítica’”, concluindo a seguir que a crítica “é uma tentativa de descobrir o máximo possível [...] todos os efeitos do dogmatismo ligado ao saber e todos os efeitos do saber ligado ao dogmatismo”.⁵¹

Ora, o importante dessa consideração reside na perspectiva de que a crítica admite diferentes problematizações e, sendo isso possível, então, diferentes análises podem traduzir as formas de problematizações do pensamento crítico. Nesse caso, a conhecida microfísica do poder pode vir a ser um exemplo de como Foucault desenvolveu seu pensamento crítico dentro da genealogia das relações de poder. A propósito, vale comentar que a microfísica do poder é conhecida por nomear uma coletânea de artigos, entrevistas e aulas de Foucault, reunidas nos anos de sua fase genealógica (década de 1970), cujo eixo principal faz gravitar as análises em torno dos diferentes meios de exercer poder: jurídico, político, disciplinar, psiquiátrico e científico. A esse respeito, a hipótese escolhida adota a microfísica do poder do ponto de vista da posição que ocupa na filosofia de Foucault, e nesse sentido, não se trata de discutir sobre o que é a microfísica; em vez disso, importa mais questionar o que ela é capaz de fazer. Por isso, nem uma analítica em termos de uma sociologia do saber, nem uma teoria em termos de dominação tecno-burocrática; a hipótese sustenta a microfísica do poder como um distanciamento crítico em sua forma de problematização,⁵² em acordo com o comentário de Machado: “o que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua”.⁵³

A microfísica do poder é inserida nos registros de Foucault a partir do curso do *Collège de France* de 1974, intitulado *Le pouvoir psychiatrique*, o qual pode ser considerado como uma releitura

genealógica de *Histoire de la folie*, de 1961. Neste momento, Foucault se ocupa do funcionamento da modalidade de exercício do poder disciplinar pelos dispositivos asilar e familiar, a fim de estudar como se efetuou a passagem do asilo como um simulacro institucional do espaço familiar para a psiquiatrização da família.⁵⁴ A intenção de Foucault é assinalar de que forma pode ser efetivado o poder de divisão e de decisão entre o normal e o anormal (patológico) dentro de um campo técnico-administrativo de intervenção médico-legal. Na sequência do curso, Foucault publica, em 1975, *Surveiller et punir*, um estudo sobre o nascimento da prisão moderna; porém, o livro também é uma nítida continuação da análise do poder disciplinar nas sociedades modernas. Pode-se dizer que a tese argumentada no livro se apresenta do seguinte modo: Foucault quer fazer uma análise política das relações de poder, a fim de entender como o poder funciona e se exerce. Para tanto, inspirado pela genealogia de Nietzsche, em vez do sujeito antropocêntrico, Foucault toma por seu objeto de análise o corpo. A partir disso, identifica três formas históricas mais ou menos definidas de estudar o exercício do poder sobre o corpo. A primeira forma é o poder soberano que estraçalha o corpo, representado pelo suplício; a segunda forma é o poder moderador que corrige o corpo, ilustrada pela punição; a terceira forma é o poder disciplinar que adentra o corpo, marcado pela vigilância. Não obstante, não se deve confundir a ordem lógica de apresentação (nos termos de Foucault, fim da Renascença, Idade Clássica, Idade Moderna) com a ordem genealógica, pois essa se refere à nervura da tese: descrever de que maneira o poder-espetáculo personificado do Soberano se tornou cada vez mais difuso e anônimo por todo o sistema social. É nesse ponto que entra em cena a microfísica do poder.

Longe de ser uma teoria, a microfísica do poder funciona como um instrumento heurístico de análise que apresenta dupla implicação; a

⁵¹ FOUCAULT, 1994, p. 815-816, tomo II, tradução nossa.

⁵² Cf. REVEL, 2004.

⁵³ MACHADO, 1998, p. xii.

⁵⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Le pouvoir psychiatrique: cours au Collège de France 1973-74*. Paris: Éditions de Seuil, 2003, p. 123.

primeira delas, para Foucault, é que:

trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder em que os aparelhos e as instituições colocadas em jogo, mas no qual o campo de validade se coloca de alguma maneira entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e forças.⁵⁵

Logo, a microfísica implica, por um lado, os corpos e suas forças, e por outro, as instituições e seus aparelhos. A segunda implicação diz que:

o estudo dessa microfísica supõe que o poder que nela se exerce não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos". [...] é preciso, em resumo, admitir que esse poder se exerce mais do que se possui.⁵⁶

Assim, a microfísica também implica na capilaridade das relações de poder, seu aspecto reticular que age em cadeias, onde são os contextos locais (que a crítica deve poder acompanhar) que definem suas formas terminais. Importante, contudo, não confundir esse aspecto relacional da microfísica como um embuste para uma teoria totalizante,⁵⁷ que simploriamente reduz tudo ao poder, pois Foucault é categórico: "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares".⁵⁸ Nesse sentido, a microfísica do poder seria uma espécie de anatomia da nervura das práticas sociais.

O filósofo francês esclarece que "a história dessa 'microfísica' do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para a genealogia da 'alma' moderna",⁵⁹ não sendo esta "alma" uma mera especulação teológica, mas uma instância que permite fixar uma "realidade" para que os dispositivos de controle (punitivo) justifiquem sua existência. Pode-se dizer, então, que a microfísica do poder quer colocar em distância as

concepções normativas que separam as instituições e seus sujeitos por princípios e fins, em favor de pensar o agenciamento que, desde o início, relaciona o sujeito e a instituição. Isso significa admitir que, pelo menos para o indivíduo moderno, não há momento histórico em que o ser humano não seja constantemente capturado pela cadeia microfísica das relações de poder que vão construindo seus gestos, gostos e condutas. Certamente, Foucault não está disposto a fazer uma crítica da modernidade genérica apenas contrapondo princípios e fins que, no final das contas, apresentam uma futura resolução para o conflito, uma vez que sua genealogia quer justamente colocar em questão as práticas de sujeição que têm naturalizado os acontecimentos da atualidade.

Como observado por Pierre Sauvêtre, a microfísica do poder permite "introduzir uma distância entre a racionalidade do discurso que tem a instituição sobre si mesma e a racionalidade do exercício efetivo de seu funcionamento que vai conduzir a uma 'problematização das instituições'".⁶⁰ Isso quer dizer que Foucault não propõe nenhuma historiografia das instituições, mas uma problematização da institucionalização em seu acontecimento histórico. Daí surge o questionamento crítico que coloca em andamento um projeto de pesquisa: como quando Foucault se pergunta: "quem admira se a prisão se parece com as fábricas, as escolas, os quartéis, aos hospitais, e todos parecendo com prisões?".⁶¹ Para Marcos César Alvarez, esse tipo de atividade filosófica, além de oferecer importantes *insights* para várias disciplinas das Humanidades, conduz Foucault por caminhos que não são totalmente previsíveis, mesmo para o próprio autor. De acordo com Alvarez: "a microfísica do poder, tomada como perspectiva de análise, e não como teoria,

⁵⁵ FOUCAULT, 1975, p. 31, tradução nossa.

⁵⁶ FOUCAULT, 1975, p. 31, tradução nossa.

⁵⁷ Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵⁸ FOUCAULT, 1976, p. 122, tradução nossa.

⁵⁹ FOUCAULT, 1975, p. 34, tradução nossa. Por este extravagante termo "alma" deve-se entender uma referência simbólica à realidade na qual se articulam efeitos de certos tipos de poder e a produção de certos tipos de saber que construíram as tecnologias de biopoder e demarcaram os campos de análises conceituais: psique, subjetividade, personalidade, consciência etc.

⁶⁰ SAUVÊTRE, Pierre. Michel Foucault: problématisation et transformation des institutions. *Tracés revue des sciences humaines*, n. 17, p. 165-177, 2009, p. 166, tradução nossa.

⁶¹ FOUCAULT, 1975, p. 229, tradução nossa.

e sobretudo como problematização, levará a reformulações conceituais, encontrará novos campos de aplicação e inéditos objetos de análise".⁶² Enfim, é nesse sentido que a microfísica do poder tem a contribuir com o pensamento crítico.

Tanto Sauvêtre quanto Alvarez destacam a importância de Foucault quando comparado com outras teorias sociais. Dentre as mais relevantes, duas bastantes ortodoxas dizem respeito às concepções de orientação marxista e weberiana. Em *Surveiller et punir* se reconhece o débito de Foucault com pensadores de orientação marxista, principalmente a obra publicada em 1939 por Rusche e Kirchheimer, *Punishment and social structure*. Contudo, o tipo de análise promovida por uma microfísica do poder, segundo comenta Dany Lacombe, critica tanto a concepção contratualista liberal, que interpreta ser um avanço em termos de um sentido humanista da punição moderna com o nascimento da prisão, quanto a concepção marxista, que concebe as práticas punitivas e suas penalidades apenas como um mero epifenômeno dos modos de produção econômica.⁶³ Nesse sentido, o mérito de Foucault está em abordar, via genealogia, as práticas de controle social a partir das tecnologias de biopoder articuladas aos dispositivos disciplinares, abrindo espaço para estudos multidimensionais acerca das transformações normalizadoras das sociedades modernas.

Nas teorias sociais marxistas, as relações de poder e instituições políticas são fortemente atreladas aos efeitos dos meios de produção.⁶⁴ Na perspectiva de Marx e Engels, o "capital, portanto, não é pessoal, mas um poder social".⁶⁵ Entre as várias interpretações possíveis, pode-se dizer que esse capital de Marx e Engels, por ser atribuído ao poder social, é dependente do poder

econômico de classes. Não obstante, mesmo que Foucault tacitamente acolha essa tese em sua discussão, entende ser imprescindível considerar a vigilância como operadora econômica decisiva para o modelo capitalista de produção, fundamental ao aparelho produtivo e específico do poder disciplinar.⁶⁶ Portanto, embora não seja o escopo de Foucault, suas contribuições descentralizam a divisão do trabalho, como tema central da teoria social clássica, pelas estratégias de biopoder sobre a vida.

Foucault também deixa manifesto seu interesse em demarcar a distância de uma tradição sociológica que se refere às abordagens teóricas em termos de um progresso da racionalidade, induzidas pelo pensamento de Max Weber; segundo Foucault, "se se chama 'weberiano' a quem tem desejado substituir as análises marxistas das contradições do capital por uma análise da racionalidade irracional da sociedade capitalista, não creio que eu seja um weberiano".⁶⁷ Certamente, a trajetória intelectual de Foucault careceu de um maior encontro/confronto com as teses de Weber. Por isso, John O'Neill procura apresentar uma via entre o Estado burocrático de Weber e a sociedade disciplinar de Foucault, reconhecendo o pertinente elo entre modernidade e aparelhamento institucional, o que aproxima o processo de racionalização da estratégia disciplinar. Para O'Neill, a burocracia, cuja organização administrativa se baseia em uma racionalidade metódica, deriva de uma presunção de poder direcionado ao controle de mentes, corpos, atitudes e comportamentos.⁶⁸ É conhecida a relação entre poder, dominação e obediência empregada por Weber,⁶⁹ cuja racionalidade legítima, por meio da "linguagem" do direito, a penalização burocrática da sociedade.

⁶² ALVAREZ, Marcos César. *Punição, discurso e poder: textos reunidos*. 2013. 250 f. Tese (Livro docência em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 77.

⁶³ Cf. LACOMBE, D. Reforming Foucault: a critique of the social control thesis. *The British Journal of Sociology*, v. 47, n. 2, p. 333-352, jun. 1996.

⁶⁴ Cf. NIGAM, A. Marxism and power. *Social scientist*, v. 24, n. 4-6, p. 3-22, 1996.

⁶⁵ MARX, Karl; ENGELS, Frederick. Communist manifesto. In: MARX, K.; ENGELS, F., Marx-Engels selected works. Moscou: Progress Publishers, 1980. p. 47, tradução nossa.

⁶⁶ Cf. FOUCAULT, 1975, p. 177.

⁶⁷ FOUCAULT, 1994, p. 26, tomo IV, tradução nossa.

⁶⁸ Cf. O'NEILL, John. The disciplinary society: from Weber to Foucault. *The British Journal of Sociology*, v. 37, n. 1, p. 42-60, 1986. p. 57.

⁶⁹ Cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB, 2000. § 16, p. 33.

Foucault recusa nessa racionalidade weberiana seu aspecto abstrato de uma história geral da sociedade moderna que busca determinar qual a forma da racionalidade dominante a partir de um modelo de razão. O poder disciplinar não expressa um tipo ideal de dominação, mas a articulação de diferentes técnicas em torno de práticas locais. Por fim, a microfísica do poder não prediz nenhuma constante para entender o progresso racional do Estado; antes, quer fazer da genealogia das instituições uma forma de problematizar a institucionalização das práticas sociais; como diz Foucault: "meu problema não é, finalmente, aquele da racionalidade, como invariante antropológica".⁷⁰

Portanto, a microfísica do poder se torna um recurso para Foucault diferenciar entre duas maneiras de fazer um diagnóstico do presente: uma maneira que consiste em partir de uma constante antropológica (seja ideologia ou racionalidade) e tentar resolver os problemas de uma dada época; outra maneira que consiste em lidar com problemas e determinar a partir dele qual domínio de objetos é preciso percorrer para a resolução. Nesse ponto, com a microfísica do poder, Foucault parece chamar a atenção para uma dimensão fundamental das práticas sociais, em que vários momentos da história a punição aparece como problema. Logo, contra as confusas objeções, Foucault adverte: "quando falo em sociedade 'disciplinar', não é preciso entender 'sociedade disciplinada' [...] nas análises dos procedimentos criados para normalizar, não existe 'a tese de uma normalização massiva'".⁷¹ Assim, em referência ao pensamento crítico de Foucault, compete à microfísica do poder prover uma ferramenta de análise para viabilizar uma inserção às tecnologias de biopoder nas instituições sociais.⁷²

Considerações finais

À guisa de conclusão, talvez não seja uma grandiosa coincidência que Foucault utilize o termo "problematização" pela primeira vez neste contexto de *Surveiller et punir*. Como observa Paul Rabinow,

para uma geração anterior de intelectuais radicais, inspirados por concepções marxistas de crítica, o papel do pensamento crítico era perturbar a naturalidade [...] um conjunto de leis e processos profundos, mas historicamente contingentes.⁷³

O autor conclui que, "analisar problematizações não é revelar uma contradição oculta e suprimida: é abordar o que já se tornou problemático".⁷⁴ Na perspectiva de Rabinow, Foucault adota uma posição crítica contra uma sociologia histórica que considera a modernidade como uma característica de época, definida no tempo e no espaço. Reforçando as pretensões de *Surveiller et punir* em ser uma história do presente, Rabinow destaca duas características:

a primeira diz respeito ao presente como um campo problemático contemporâneo, mas que não é um campo temporal, nem uma unidade sociológica. E a segunda diz respeito à atitude crítica que se pode adotar adequadamente em relação ao presente.⁷⁵

Outra interpretação que destaca a importância da microfísica do poder é feita por Shigeru Taga, afirmando que

é absolutamente claro que empregando o termo 'micro', Foucault queria indicar que a ideologia tradicionalmente de esquerda, na qual as palavras de ordem chamariam à liberação da dominação de Estado e à luta de classes, seria obsoleta em face à nova tecnologia de poder.⁷⁶

Adotando uma leitura em cotejo com o conceito de "micropolítica" de Felix Guattari, Taga interpreta a microfísica como uma forma de re-

⁷⁰ FOUCAULT, 1994, p. 26, tomo IV, tradução nossa.

⁷¹ FOUCAULT, 1994, p. 15, tomo IV, tradução nossa.

⁷² Cf. GARLAND, David. *Punishment and modern society: a study in social theory*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

⁷³ RABINOW, Paul.; ROSE, Nikolas (ed.). Introduction: Foucault today. In: *The Essential Foucault: selection from essential works of Foucault, 1954-1984*. New York: New Press, 2003, p. 14, tradução nossa.

⁷⁴ RABINOW; ROSE, 2003, p. 14, tradução nossa.

⁷⁵ RABINOW; ROSE, 2003, p. 22, tradução nossa.

⁷⁶ TAGA, Shigeru. Foucault et Guattari au croisement de la théorie du micro-pouvoir et la psychothérapie institutionnelle. In: OULCH'EN, Hervé (ed.). *Usages de Foucault*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014, p. 99-107, p. 102.

sistência contra as técnicas de biopoder. Nesse sentido, a microfísica seria uma forma de crítica política à institucionalização, cujo efeito normalizador toca uma questão fundamental para Foucault, como revela Taga: "dominação de uma única pessoa ou grupo na orientação de uma função, fixação de papéis e de personalidades", concluindo que, "todas as tentativas conduzidas a esse horizonte se apresentam, se eles forem colocados na perspectiva da crítica da sociedade biopolítica".⁷⁷ Assim, pode-se dizer que essa apropriação da microfísica de poder também aponta para um pensamento crítico em Foucault, no qual a genealogia não quer falar pelos "problemas", mas deixar que os "problemas" mesmos falem.

Nesse sentido, à medida que *Surveiller et punir* não deixa de ser uma tentativa de colocar em questão a punição, a disciplina e sujeição como problema, uma leitura viável seria, então, resistir à inclinação de buscar identificar qual a racionalidade das teorias sociais, ou mesmo a história dessas ideias; antes, se trata de um interesse em investigar, a partir de acontecimentos, como surge um distanciamento em relação à determinadas práticas, como as práticas passam a ser pensadas de outras maneiras e, então, como essas outras maneiras assumem novas relações de poder. Por isso, é preciso atentar para os aspectos da crítica que envolve toda filosofia de Foucault: quais as implicações de descontinuidades estabelecidas em termos de pensamentos, práticas e instituições? Como, em determinado momento, um conjunto de objetos pode ser cercado, ordenado e direcionado em outras direções, para outras funções? Enfim, trata-se em como acompanhar as transformações, se há um interesse por mudanças, daquilo que, muitas vezes, não parece ser razoável, e mesmo em certo ponto, tem um caráter intolerável em relação às formas de problematização que servem para questionar de que modo tomar distância crítica das práticas sociais percebidas como "naturais", executadas de formas "automáticas" e concebidas como constantes de um discurso antropocêntrico. A análise histórica da genealogia permite que se observe quando uma forma de problematização

se constitui e como, nesse processo, a história dos acontecimentos poderia ser diferente. Para isso, Foucault acredita na contribuição da genealogia como crítica.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de apoio à pesquisa.

Referências

- ALVAREZ, M. C. *Punição, discurso e poder: textos reunidos*. 2013. 250 f. Tese (Livre docência em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CASSIANO, J. M. Travessias do niilismo: ensaio sobre a experiência-limite em Foucault. *Revista Ipseitas*, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 183-206, jan./jun. 2020.
- CASSIANO, J. M. Foucault e a era do direito: colonização das práticas judiciárias em face à sociedade da normalização. *Dorsal revista de estudos foucaultianos*, n. 7, p. 153-178, 2019.
- DAVIDSON, A. I. Archaeology, genealogy and ethics. In: HOY, D. (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- DOSSE, F. *Histoire du structuralismo: le champs du signe*. Paris: Maspéro, 1992. t. I.
- FOUCAULT, M. *Le gouvernement de soi et des autres: cours au Collège de France 1982-83*. Paris: Éditions du Seuil, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Introduction à l'anthropologie de Kant*. Thèse Complémentaire pour le doctorat en Lettres. Paris: Vrin, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. Paris: PUF, 2007.
- FOUCAULT, M. *Le pouvoir psychiatrique: cours au Collège de France 1973-74*. Paris: Éditions de Seuil, 2003.
- FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société: cours au Collège de France 1975-76*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. I.
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. II.
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. III.
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. t. IV.
- FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. Histoire de la sexualité. Paris: Gallimard, 1976, v. 1.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*

⁷⁷ TAGA, 2014, p. 107, tradução nossa.

Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, M. *Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

GARLAND, D. *Punishment and modern society*: a study in social theory. Oxford: Clarendon Press, 1995.

GEUSS, R. Genealogy as critique. *European Journal of Philosophy*, v. 10, n. 2, p. 209-215, 2002.

HABER, S.; CUSSET, Y. (org.). *Habermas et Foucault*: parcours croisés, confrontations critiques. Paris: CNRS Édition, 2006.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. Taking aim at the heart of the present: on Foucault's lecture on Kant "what is Enlightenment?". In: KELLY, M. (org.). *Critique and power*: recasting the Foucault/Habermas debate. Cambridge: MIT, 1995. p. 149-154.

HAN, B. *Foucault's critical thought*: between the transcendental and the historical. Stanford: Stanford University Press, 2002.

HONNETH, A.; SAAR, M. (org.). *Michel Foucault*. Zwischenbilanz einer Rezeption. Francfort-sur-le-Main: Surkhamp, 2003.

KELLY, M. (org.). *Critique and power*: recasting the Foucault/Habermas debate. Cambridge: MIT Press, 1995.

KOOPMAN, C. *Genealogy as critique*: Foucault and the problems of modernity. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

LACOMBE, D. Reforming Foucault: a critique of the social control thesis. *The British Journal of Sociology*, [S. l.], v. 47, n. 2, p. 333-352, jun. 1996.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. Communist manifesto. In: MARX, K.; ENGELS, F., Marx-Engels selected works. Moscou: Progress Publishers, 1980.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIGAM, A. Marxism and power. *Social scientist*, [S. l.], v. 24, n. 4-6, p. 3-22, 1996.

O'NEILL, J. The disciplinary society: from Weber to Foucault. *The British Journal of Sociology*, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 42-60, 1986.

OULC'HEN, H. (org.). *Usages de Foucault*. Paris: PUF, 2014.

PASCHOAL, E. Genealogia, crítica e valores: uma cor

relação entre fins e meios. *Sofia*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 127-141, 2014.

RABINOW, P.; ROSE, N. (ed.). Introduction: Foucault today. In: THE ESSENTIAL Foucault: selection from essential works of Foucault, 1954-1984. New York: New Press, 2003.

REVEL, J. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, F. (org.). *Foucault*: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 65-87.

SAAR, M. Genealogische Kritik. In: JAEGGI, R., WESCHE, T. (org.). *Was ist Kritik?* Francfort-sur-le-Main: Surkhamp, 2009. p. 247-265.

SAAR, M. *Genealogie als Kritik*: geschichte und theorie des subjekts nach Nietzsche und Foucault. Francfort-sur-le-Main: Campus Verlag, 2007.

SARDINHA, D. Le nominalisme de la relation comme principe antimétaphisique. In: LAVAL, C.; PALTRINIERI, L.; TAYLAN, F. (org.). *Marx & Foucault*: lectures, usages, confrontations. Paris: La Découverte, 2015. p. 244-257.

SAUVÊTRE, P. Michel Foucault: problématisation et transformation des institutions. *Tracés revue des sciences humaines*, [S. l.], n. 17, p. 165-177, 2009.

TAGA, S. Foucault et Guattari au croisement de la théorie du micro-pouvoir et la psychothérapie institutionnelle. In: OULC'HEN, Hervé (ed.). *Usages de Foucault*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. p. 99-107.

VÁZQUEZ-GARCÍA, F. Cómo hacer cosas con Foucault. *ER revista de filosofía*, Barcelona, v. 28, n. 2, p. 71-83, 2000.

VISKER, R. *Michel Foucault*: genealogy as critique. New York: Verso, 1995.

WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 2000.

Jefferson Martins Cassiano

Mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas, SP, Brasil. Doutorando em Filosofia na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, DF, Brasil.

Endereço para correspondência

Jefferson Martins Cassiano

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Sul

Asa Norte, 70910-900

Brasília, DF, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.